

ÁREA PROFISSIONAL
DIREITO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA

DIREITO NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA
Titulação: Especialização
Coordenadora: Dra. Solange Gonçalves Roja Potecasu

Características: (duração 12 meses)

O Programa de Bolsas para Cursos de Especialização em Direito na Área da Saúde é modalidade de ensino de pós-graduação *“lato sensu”*, com a finalidade de promover o conhecimento do direito público na área da saúde e do biodireito.

Com a duração de 1 (um) ano, é dirigido a graduados em ciências jurídicas, destacando-se que deverão ser inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil.

O curso será desenvolvido em período integral, no Núcleo Especializado em Direito – **NUDI** do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - **HCFMUSP**, permitindo ao discente a participação nas seguintes atividades, entre outras:

- Defesa do **HCFMUSP** em qualquer instância administrativa do Estado;
- Orientação e consultoria jurídica;
- Promoção extrajudicial da conciliação e da mediação quando ocorrer conflito de interesses;
- Difusão do conhecimento dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;
- Promoção das condições para o exercício das garantias constitucionais, em especial as afetas ao processo legal, ou seja, o contraditório, a ampla defesa e o direito de acesso à tutela jurisdicional;
- Observância dos direitos do consumidor, em especial do usuário do serviço de saúde;
- Observância dos direitos da criança, do adolescente, do idoso e da pessoa portadora de deficiência.

TEMÁRIO BÁSICO:

Ao final do programa, o discente deve apresentar um Trabalho de Conclusão, em forma de monografia sobre tema relativo área de atuação no **NUDI**.

- Direito Constitucional
- Direito Administrativo
- Direito do Consumidor
- Direito Civil
- Direito Processual Civil
- Direito Comercial
- Direito Individual do Trabalho
- Direito Coletivo do Trabalho
- Direito Processual do Trabalho
- Direito da Seguridade Social
- Direito à Saúde

PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA PARA PROVAS DA 1ª E 2ª FASE

PROGRAMA PARA AS PROVAS:

- Direito Constitucional
 - Direitos e Garantias fundamentais;
 - Direitos e deveres individuais difusos e coletivos;
 - Mandado de segurança individual e coletivo.

- Direito Administrativo
 - Ato administrativo;
 - Administração direta e indireta;
 - Responsabilidade civil do estado;
 - Agente público, servidor público e funcionário público;
 - Improbidade administrativa;
 - Poder disciplinar;

- Licitações e contratos.

- Direito do Consumidor
 - Proteção à saúde;
 - Responsabilidade;
 - Ações coletivas e individuais.

- Direito Civil
 - Pessoas naturais;
 - Pessoas jurídicas;
 - Fato jurídico;
 - Obrigações;
 - Contratos;
 - Responsabilidade civil.

- Direito Processual Civil
 - Processo: conceito, natureza jurídica e tipos;
 - Pressupostos processuais;
 - Processo de conhecimento, cautelar e execução;
 - Tutela antecipada;
 - Ação civil pública.

- Direito Penal
 - Conceitos penais aplicáveis à Saúde;
 - Culpa e dolo;
 - Crimes contra a administração pública.

- Direito Processual Penal
 - Inquérito policial;
 - Ação penal.

- Direito Comercial
 - Títulos de crédito;
 - Concordata e falência
 - Sociedades

- Direito Individual do Trabalho
 - Princípios;
 - Contrato de trabalho: modalidades, sujeitos, interrupção, suspensão e cessação;
 - Jornada e Remuneração, Alterações no Contrato de Trabalho
 - Segurança e Higiene do Trabalho – Normas Regulamentares (NR)

- Direito Coletivo do Trabalho
 - Conflitos coletivos de trabalho e mecanismos para sua solução;
 - Entidades sindicais;
 - Serviços essenciais.

- Direito Processual do Trabalho
 - Atos, termos e prazos processuais;
 - Partes, Representação Processual;
 - Audiência;
 - Prazos;
 - Recursos;
 - Procedimentos comum, sumário e sumaríssimo;

- Direito da Seguridade Social;
 - Conceitos e princípios;
 - Previdência social.

- Direito à Saúde
 - Sistema Único de Saúde: conceito, princípios e regulamentação.

Bibliografia:

Constituição Federal.

Constituição Estadual.

Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e atualizações (Lei de Licitações e Contratos).

Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002 (Legislação sobre o Pregão) e alterações.

Lei Federal nº 14.133, de 1.º de abril de 2021. (Nova Lei de Licitações e Contratos).

Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Código Civil.

Código de Processo Civil.

Código Penal.

Código de Processo Penal.

Consolidação das Leis do Trabalho.

Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho.

Legislação sobre Seguridade Social: Saúde, Previdência e Assistência Social.

Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde.